



## O CONFLITO TUAREGUE AO NORTE DO MALI: A GEOPOLÍTICA DA RESISTÊNCIA NO SAHEL AFRICANO

**Vivian Santos da Silva**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
vsgeoufrj@gmail.com

### **Resumo:**

O conflito tuaregue ao norte do Mali é marcado pela resistência e insurgência de um movimento que luta pela autonomia e emancipação frente ao governo central, envolvendo motivações, atores (endógenos e exógenos), escalas, espaços de engajamento e estratégias complexas, que resultam em múltiplas territorialidades. O presente trabalho tem então como objetivo propor a análise deste conflito por meio de uma abordagem crítica da geopolítica, que apreenda o poder e sua relação com o espaço de forma multidimensional, acreditando que esta abordagem é a que melhor possibilitará sua compreensão.

**Palavras-chave:** geopolítica; resistência; insurgência; práticas espaciais.

### **Abstract:**

The tuareg conflict in northern Mali is marked by the resistance and insurgency of a movement that struggles for autonomy and emancipation towards the central government, involving motivations, actors (endogenous and exogenous), scales, spaces of engagement and complex strategies that result in multiple territorialities. The present work aims to propose the analysis of this conflict by means of a critical approach to geopolitics, which seizes power and its relationship with space in a multidimensional way, believing that this approach is the one that will best enable its understanding.

**Key words:** geopolitics; resistance; insurgency; space practices.

## INTRODUÇÃO

O Mali, ex-colônia francesa localizada no Sahel africano e que se figura entre os países mais pobres do mundo, é, desde 2012, novamente palco de um enfrentamento aberto, desta vez, envolvendo o governo central, diferentes grupos de tuaregues, populações brancas e negras, organizações terroristas endógenas e exógenas, diversas milícias locais, redes criminosas, além de potências estrangeiras regionais e mundiais.

Sendo um conflito marcado pela resistência e insurgência de um movimento (tuaregue) que luta pela autonomia/emancipação de um território frente ao poder central (governo do Mali). As motivações, atores (endógenos e exógenos), escalas e estratégias desenvolvidas neste conflito são complexas e resultam em múltiplas territorialidades, que escapam de uma análise geopolítica estadocentrista, pautada apenas no poder do Estado.

Sobre as análises estadocentristas, ao falar de Ratzel, autor que influenciou as análises clássicas e sua produção de conhecimento, Becker (1988: p.103) alerta não apenas para o fato de que para Ratzel o Estado assume uma concepção organicista, mas também que essa concepção naturaliza o Estado como única realidade representativa do político, única fonte do poder. Derivando então todas as categorias de análise de um só conceito; Estado e nação se confundem em um só ator, o Estado indiviso, como algo natural, preestabelecido, não se concebendo conflitos a não ser entre Estados (BECKER, 1988: p.103).

Neste trabalho, assumindo que este tipo de abordagem não conseguirá abarcar toda a complexidade das relações entre espaço e poder intrínsecas ao conflito tuaregue ao norte do Mali, desejamos então, nos aproximar de uma análise geopolítica que seja capaz de apreender o poder em suas múltiplas fontes, inerente a todos os atores e a todas as relações sociais presente em todos os níveis espaciais. Segundo BECKER, essa geopolítica seria aquela que reconhece, sem fetichização, a potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Encarando o poder de forma multidimensional (BECKER, 1988: p.100). Para Becker (1988: p.102):

A questão territorial, por esta razão, é hoje, igualmente chave, porque abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam. Simultaneamente à transnacionalização, os Estados, com suas especificidades, continuam a ser atores políticos e econômicos e o Estado-nação uma unidade válida de análise, atestando uma dimensão territorial de contradições na dinâmica mundial; por sua vez, vias regionais de formação de crise se intensificam e se estendem à frente de conflitos dos movimentos reivindicatórios organizados em base local. As práticas espaciais

revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos (BECKER, 1988: p. 102).

Sendo assim, almejamos por meio da análise das práticas espaciais que desenvolvem-se e afrontam-se neste conflito, entender como essa geopolítica da resistência traduz essa multidimensionalidade do poder. No entanto, mesmo assumindo que este conflito envolve diversos atores e motivações bastante distintas, focaremos esta prévia análise principalmente nas práticas espaciais desempenhadas por dois atores: o movimento tuaregue e o governo central do Mali, por considerar que eles são os principais protagonistas do embate entre a insurgência e a luta por heteronomia.

## **I. A GEOPOLÍTICA CRÍTICA E AS RESISTÊNCIAS**

No final da Guerra Fria, temos o início da crítica do raciocínio geopolítico dominante, com o intuito de desafiar suas doutrinas estratégicas e seu aparato intelectual legitimador, ainda pautado em uma abordagem estadocentrista. O fim da Guerra fria alimentou ainda mais o contexto de se repensar o poder, o que ganhou ritmo e gradualmente recebeu o rótulo de "geopolítica crítica" (DALBY, 1990; Ó TUATHAIL 1996A). Como subcampo da geografia humana, a geopolítica crítica investiga as suposições geográficas e as designações que entram na elaboração da política mundial, por meio da análise das práticas pelas quais os atores políticos espacializam a política internacional e a representam como um "mundo" caracterizado por tipos particulares de lugares (AGNEW, 2003: P. 2; Ó TUATHAIL E AGNEW, 1992: P.190).

A geopolítica crítica surge em meio a um processo de uma nova imaginação geopolítica, que se compromete com a “reumanização do mundo”. Molda-se um caminho onde, o próprio geógrafo político se vê diante de uma situação que impõe a necessidade de se desvencilhar do compromisso inerente com as escalas global e nacional-estatal, que era até então, seu principal foco de análise. Posicionando assim, “as pessoas comuns no coração da geopolítica, em vez das ‘forças da natureza’, marca da geopolítica tradicional” (AGNEW, 2005: P.18).

Sendo nesse novo ambiente teórico e empírico que, de acordo com Lima (2013), se desenvolvem trabalhos renomados como os de C. Raffestin, D. Lopreno, Y. Pasteur, Y. Lacoste, P. Claval, entre outros, inseridos em uma “pós-geopolítica”, que se constitui por meio, segundo Raffestin (1995), “das vontades científicas para melhor compreender um

mundo em profunda transformação, o que justificaria o prefixo “pós”, sendo muito mais do que apenas remakes de discursos geopolíticos anteriores” Raffestin et al. (1995: p.304). Tais obras abriram espaço não apenas para o resgate, mas também para o reconhecimento e consolidação de geopolíticas críticas (LIMA, 2013).

No entanto, Cairo (2005) adverte que, devemos ter a consciência de que não há uma linearidade cronológica entre as abordagens da geopolítica clássica e da geopolítica crítica, pois ambas se desenvolveram em “meio a descontinuidades, argumentações e contra argumentações que caracterizam um ambiente acadêmico fértil e vivaz” (CAIRO, 2005: P.12).

Em seu núcleo de preocupações, a geopolítica crítica se desenvolve paralelamente à sua diversidade. De modo geral, suas preocupações giram em torno de enriquecer a compreensão da espacialidade e da subjetividade das questões mundiais. Não podendo assim ser definida por um único preceito teórico ou conjunto de métodos. Seu desenvolvimento se dá por meio de críticas diversas e alternativas às análises convencionais dos assuntos internacionais (Ó TUATHAIL, AGNEW, 1992; Ó TUATHAIL, DALBY E ROUTLEDGE, 2006).

Sobre a espacialidade, a geopolítica crítica avança rumo a entendimentos mais matizados das complexas espacialidades do poder. As fontes e as estruturas do poder (em sentido geral) não são suas principais preocupações, pois são as formas específicas das relações de poder que concentram sua atenção. Não é qualquer conjunto de territórios, fronteiras ou atores – por mais diversificados que estes possam ser – que se torna seu foco analítico, mas sim, os processos pelos quais essas categorias são produzidas (Ó TUATHAIL, AGNEW, 1992; Ó TUATHAIL, DALBY E ROUTLEDGE, 2006). Em termos de subjetividade, a abordagem crítica amplia a análise da geopolítica, antes marcada por atores estatais localizados em instituições formais, como ministérios governamentais, universidades ou grupos de reflexão, para atores também não-estatais, presentes na vida cotidiana.

Sendo as mudanças em termos de espacialidade e de subjetividade movimentos correlatas, afinal, se o Estado não é mais o único local e agente da geopolítica, então os estadistas não são mais os únicos praticantes da mesma. Abrindo então o campo, para se pensar mais “cuidadosamente e imaginativamente sobre quem são os outros praticantes e como suas práticas produzem relações espaciais particulares” (DODDS, KUUS E SHARP, 2013).

A tarefa analítica torna-se então, investigar e explicar as práticas espaciais em suas formas territoriais e não-territoriais. Isso amplia a análise para além do Estado, de modo que o Estado não é mais a unidade de análise primária ou pré-dada, sem negar, mesmo assim, o substancial poder material das instituições do Estado (CAMPBELL 1998, KUUS E AGNEW, 2008). Como resultado, a investigação torna-se mais aberta, permitindo uma análise que simplesmente toma o Estado como seu ponto de partida e pode assim oferecer contas mais flexíveis das práticas espaciais transnacionais de nosso tempo, relacionando-se também com estudos de fronteira, estudos de desenvolvimento e de outras várias formas de relações internacionais críticas e construtivistas (LARNER E WALTERS, 2004, NEWMAN 2006 E SHARP, 2011).

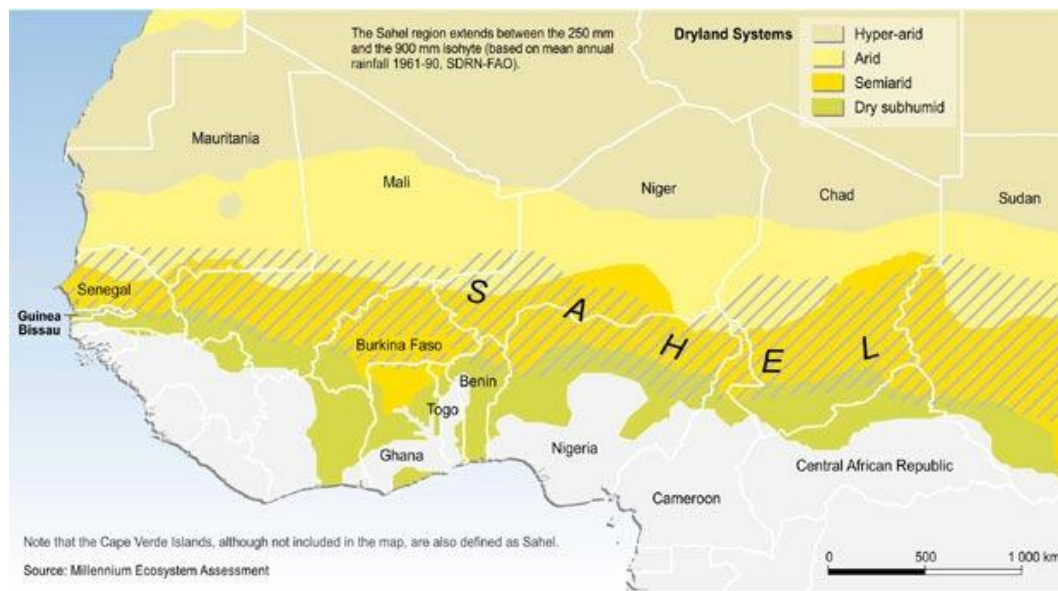
Cairo (2005) destaca que a “expressão geopolítica crítica” foi utilizada pela primeira vez na tese de doutorado de Ó Tuathail (1989), sob a orientação de John Agnew. Para este autor, podemos compreender a geografia política crítica como à busca pela compreensão do mundo contemporâneo, libertos do estadocentrismo, por meio do resgate crítico de antigas temáticas e também da incorporação de novos temas e questões inéditas. Lima (2013) ressalta que, são as análises desses novos temas que nos permitem aplicar a imaginação geográfica aos chamados "movimentos dissidentes". E é essa abordagem temática das dissidências que nos possibilita analisar os espaços (geografias) de resistência na contemporaneidade.

Nesse novo caminho de análise surgem as chamadas “geopolíticas de baixo para cima”, caracterizadas por histórias de resistência que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Essas geopolíticas constituem lutas nas quais “se articulam resistência e força coercitiva do Estado – no âmbito da política doméstica e externa (...)” (Ó TUATHAIL, DALBY E ROUTLEDGE, 2006). O que especificamente é o caso do conflito tuaregue ao norte do Mali e, por essa razão, a abordagem crítica, que dá visibilidade aos processos de resistência, foi escolhida para análise desse conflito.

## **II. A ESPACIALIDADE DO CONFLITO: SAHEL UMA REGIÃO DE INSTABILIDADE**

O conflito tuaregue no Mali emerge em meio a um movimento de resistência que encontra suas raízes na história de uma região (Sahel) que é palco de interações seculares entre civilizações do Mediterrâneo, do deserto do Saara e das savanas da África ocidental.

O Sahel abarca horizontalmente o continente africano de Este a Oeste. Incluindo neste território dez países: Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão do Sul e Sudão do Norte, Eritreia e Etiópia.



Nesta região as condições climáticas e geomorfológicas tiveram um papel importante na organização social, cultural e política das comunidades locais que se subdividem tradicionalmente em dois grandes grupos com gêneros de vida específicos: os nômades e os sedentários (GALITO, 2013). Os direitos de circulação ou acesso aos escassos recursos naturais, sobretudo a água, alimentam tensões entre os dois grupos.

Aos conflitos que estruturaram a construção geohistórica do Sahel sobrepõem novos focos de instabilidade. O Norte de Mali é um cruzamento encravado que tirou historicamente proveito de sua situação para ser inserido nas redes do comércio transsaariano. Com a colonização europeia, a mudança de gravidade do comércio internacional e do povoamento em benefício do litoral do Golfo da Guiné afetou essas redes de circulação que foram reativadas nas duas últimas décadas por traficantes de pessoas, cigarros e drogas (gradiente Sul/Norte) e pelo tráfico de armas (gradiente Norte/Sul) (RÉTAILLÉ, 2013; GALITO, 2013; UNODC, 2012).

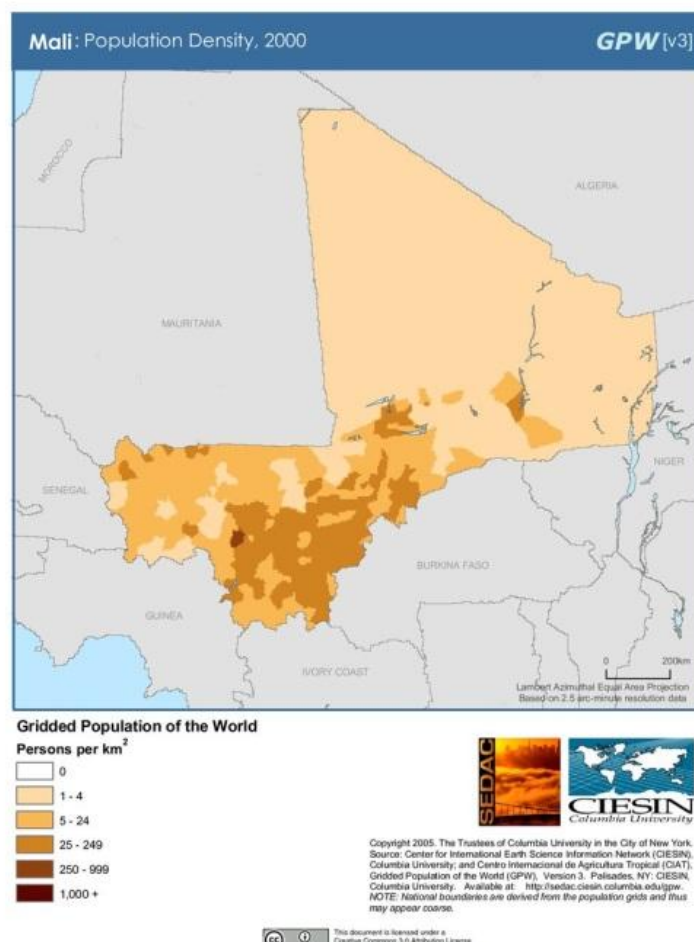
A construção do Estado foi, no entanto, um processo complexo que acabou produzindo um Estado híbrido associando elementos tradicionais da burocracia ocidental e das formas de organização das sociedades africanas (relações de parentesco, redes interpessoais, lógicas de redistribuição para afiliados etc.) (BAYART, 2000; BELUCCI, 2010).

No caso do Sahel, os jovens Estados se depararam, além disso, com constrangimentos mais específicos relacionados às descontinuidades físicas e humanas marcantes que



estruturam a organização do espaço de Mali, Níger e Chade. O gradiente de precipitações entre o extremo norte saariano marcado pela aridez e as regiões meridionais semiáridas é um elemento determinante da distribuição das populações, das atividades econômicas e dos gêneros de vida.

No Mali, o extremo norte saariano, que recebe menos de 150 milímetros de água por ano, abriga somente 10% da população total (menos de 1 milhão e meio de pessoas) numa área que representa cerca dos dois terços do território nacional (800.000 km<sup>2</sup>) que o governo de Bamaco mal controla (COULIBALY, LIMA, 2013). O sul do país, o Sahel *stricto sensu*, é um espaço estruturado em torno de alguns vales e planaltos, e apresenta maiores densidades populacionais e concentra as melhores terras agrícolas.



A construção geohistórica desses espaços impõe sua relevância por ter arquitetado uma distribuição latitudinal das populações árabes, mouras e tuaregues do Norte e negras do Centro e do Sul ou, ainda, das sociedades nômades e sedentárias. Os espaços de interface entre as zonas de povoamento abrigaram alguns dos reinos mais prósperos da “África medieval” que foram organizados a partir das redes do comércio transsaariano (KI-ZERBO,

1999; RÉTAILLÉ, 2013; COSTA e SILVA, 2002). Na atualidade, complementariedades produtivas ainda animam uma densa vida de relações entre Saara, Sahel e África tropical do Golfo da Guiné, que estruturam uma rede urbana oferecendo pontos de apoio à economia dos fluxos regional (RÉTAILLÉ, 2013). Nesses espaços de grande diversidade étnica e intensas interações espaciais, consideramos a concorrência entre Estado, os movimentos separatistas, as redes criminosas, os grupos terroristas e a disputa pelo controle dos nós logísticos e dos vetores de circulação, a constituição de um problema geopolítico maior que se desdobra em diversas escalas.

O conflito em curso nas regiões mais setentrionais se justifica também pela emergência de um novo tipo de separatismo étnico questionando os equilíbrios (precários) existentes no Sahel e a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização conclamada pela Organização dos Estados Africanos em 1966. Segundo Matumona (2008), a etnicidade é instrumentalizada por líderes rebeldes num ambiente de conflitos, emaranhados em sistemas de desigualdade e dominação que foram apenas mascarados pelas “instituições modernas”. Por isso, a integração das etnias tem sido um processo ambíguo, aparecendo constantemente como uma necessidade para construir o Estado-nação e uma ameaça à integridade do mesmo (MATUMONA, 2008).

### **III. O CONFLITO TUAREGUE: A GEOPOLÍTICA DA RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA**

No Mali, a colonização francesa, que se estendeu entre o final do século XIX e o início dos anos 1960, não diminuiu as tensões entre as regiões meridionais e setentrionais, tensões estas, que se agravaram depois da Independência. Para Claudot-Hawad (2013), a mobilidade nômade, que desempenhou um papel importante na vitalidade das principais redes sociais, econômicas e culturais tecidas em toda a região do Saara-Sahel, foi dificultada pela administração colonial e posteriormente (no processo pós-independência) pelo Governo de Bamako, fazendo com que os territórios tribais ficassem cada vez mais restritos.

Os governos sucessivos, empenhados na construção do Estado-nação por meio da exaltação do Império do Mali, da modernização da sociedade e no desenvolvimento da economia, mantiveram relações conflituosas com os nômades nortistas, cujo estilo de vida era considerado retrógrado, improdutivo e indesejável (DUARTE 2013; BENJAMINSEN, 2008, KEITA, 1998).



Claudot-Hawad (2013) destaca que, após a "independência", a nova fronteira do Estado que atravessa o espaço Tuaregue se torna rígida e tenta asfixiar o modo de vida nômade. Sendo uma das questões subjacentes a estas barreiras à mobilidade nômade, a extração de petróleo e gás, as quais, as maiores reservas estão localizadas nos territórios ocupados por tuaregues na Argélia e na Líbia. Os governos desses países tem por objetivo interromper os laços entre tuaregues do Sul e do Norte, e assim sufocar qualquer indício de união comunitária que possa tomar rapidamente uma extensão supranacional.

Ao longo dos anos, o confronto de práticas espaciais entre o Estado e os tuaregues no Mali, resultou em diversos conflitos, onde nas rebeliões, os tuaregues lutavam por uma mudança sociopolítica, enquanto o governo do Mali buscava manter a todo custo à ordem territorial e o poder hierarquizado.

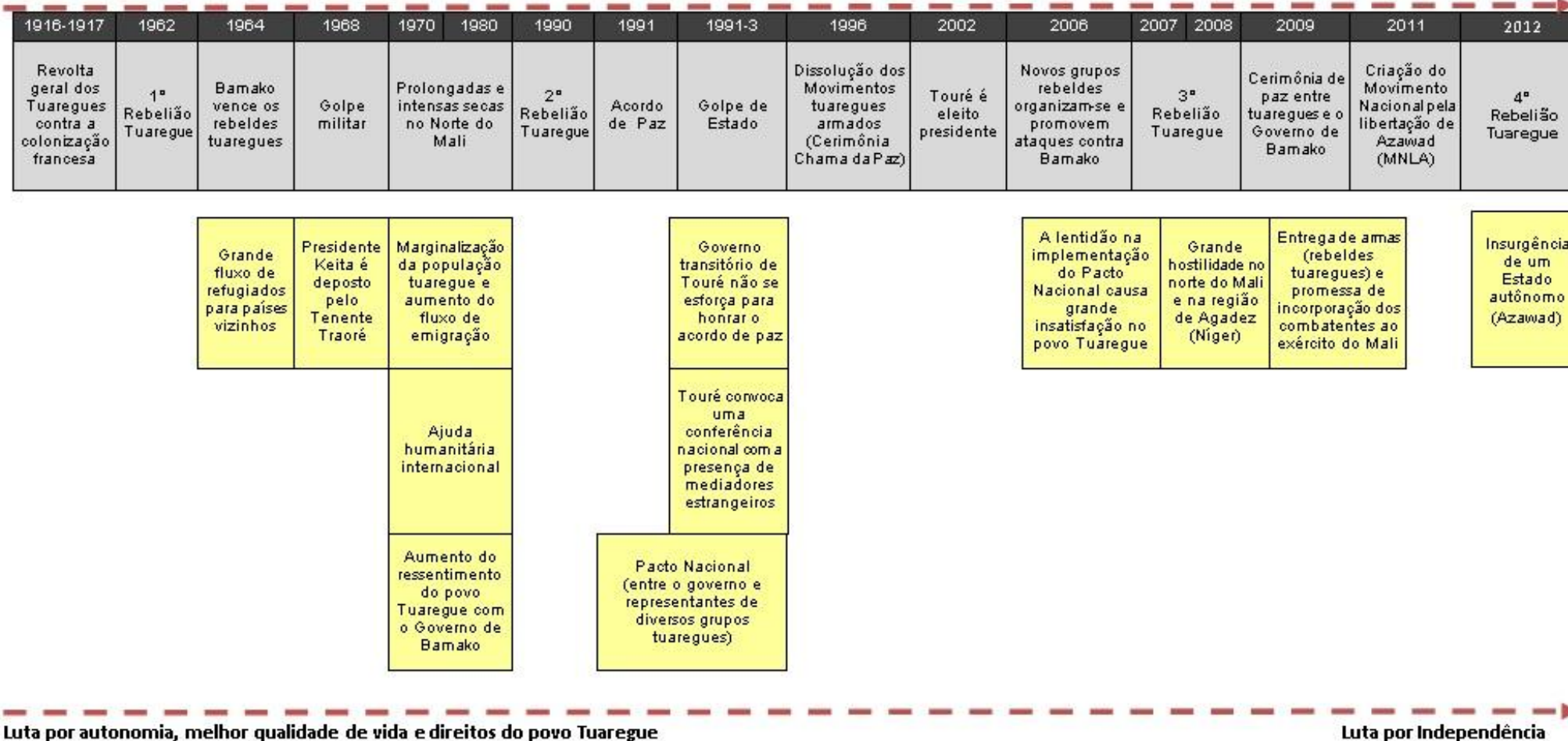
Neste processo, os líderes políticos tuaregues afirmam que seu povo sofre opressão e marginalização por parte do governo central e das populações do Sul. Os raros investimentos econômicos, essencialmente concentrados no setor da mineração, não trouxeram benefícios para população tuaregue, cujo gênero de vida era paralelamente ameaçado pelas políticas de sedentarização (RETALIE; WALTHER, 2013). Além disso, desertificação e secas crônicas alimentam uma crise ecológica que restringe os territórios pastorais e impulsiona movimentos migratórios em busca de terras, o que acirra as tensões com os agricultores. Essa crise multiforme mobiliza há décadas os tuaregues frente ao Estado do Mali.

O crescente sentimento de marginalização dos tuaregues malineses, mas também argelinos e líbios, levou à grande rebelião de 1990 (BENJAMINSEN, 2008). Desde então, os acordos de paz (1991, 2006, 2009) sucederam às rebeliões no norte do país. No entanto, as promessas de maior autonomia, investimentos econômicos em infraestrutura e de integração dos tuaregues às forças regulares do Mali e a todas as instâncias administrativas, não obtiveram muito êxito (KEITA, 1998).

Numa escala mais regional, a “Primavera Árabe” e a guerra civil na Líbia intensificaram a circulação de fundamentalistas islamitas, mercenários e traficantes entre África do Norte e o Sahel, fragilizando ainda mais o controle dos Estados sobre seus territórios (GALITO, 2013). Foi nesse contexto que foi criado o Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA), preconizando a independência da população tuaregue do Mali, com uma nova rebelião no final de 2011.

Imagem 1. Linha cronologia do conflito

## Período Colonial - Pós-Independência



Fonte:

elaboração

própria,

2017.

Para Boilley (2012) os eventos atuais não constituem uma simples repetição das revoltas anteriores (1963-64, 1990-96, 2006 e 2009), pois antes os tuaregues reivindicavam uma melhor inserção na sociedade, na administração pública e políticas de desenvolvimento regional. A Independência nunca tinha sido abertamente reivindicada até 2012 (BOILLEY, 2012).

Atualmente, o MNLA atua por meio de práticas espaciais insurgentes, que "expressam e viabilizam descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação em face a opressão" (SOUZA, 2013: p.250), o que resulta em uma dinâmica de conquista, apropriação e controle territorial do Azawad. Emerge então, um *território dissidente*, que "pode representar, por um período maior ou menor de tempo, a ousadia da criação da sociedade instituinte diante da sociedade instituída" (SOUZA, 2013).

Em março de 2012, os ganhos territoriais do MNLA e a proclamação da Independência do Azawad provocaram um golpe militar em Bamaco, onde o Comitê Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado (CNRDR) se fixou por principal objetivo a luta contra os separatistas. O rápido avanço dos rebeldes só foi possível graças às alianças e parcerias com o grupo islamita salafista tuaregue Ansar Dine, que objetivava a imposição da sharia (lei islâmica) em todo o país. Mas, as oposições entre tuaregues laicos do MNLA e os salafistas radicais do Ansar Dine provocaram uma ruptura que beneficiou grupos fundamentalistas árabo-berberes, como a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) e Movimento para a Unicidade e o Jihad na África Ocidental (MUJAO), que consolidaram suas posições no xadrez geopolítico regional graças ao controle de cidades e rotas estratégicas do Sahel.

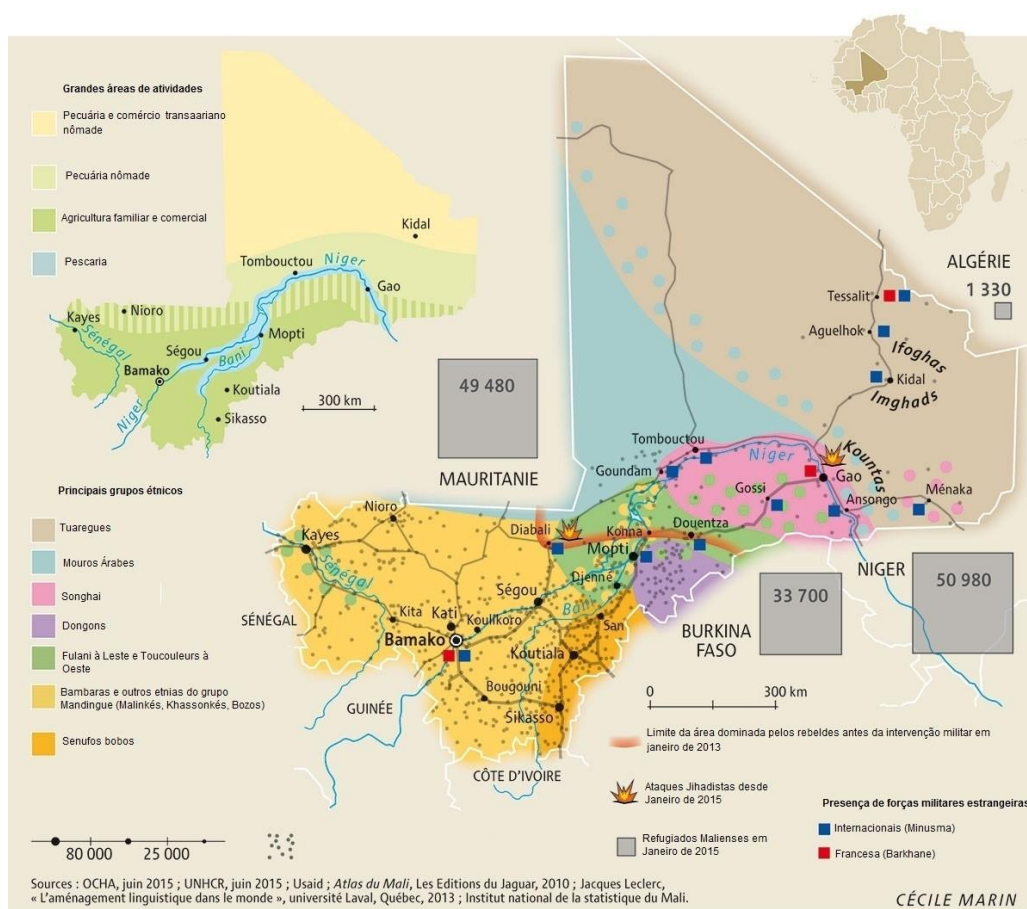
O protagonismo crescente desses dois grupos terroristas e a impotência do governo de Bamaco provocaram uma intervenção militar francesa que recebeu o apoio dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, do Japão e do Canadá, além de nações africanas como Chade, Nigéria, Senegal, Burquina Faso etc. O conflito adquiriu assim, uma dimensão internacional (GALITO, 2013).

Para os tuaregues, a reivindicação pela Independência do Azawad (substrato espacial material) é mais utilizada como tática de tomada de poder, sendo uma tentativa para garantir a preservação e autonomia de seu gênero de vida - em particular sua liberdade de circulação nos territórios sahelianos - do que o estabelecimento de um território nacional nos moldes Westfaliano. De acordo com Retallé e Walther (2013), no conflito do Mali, a associação da identidade coletiva ao território pode ser compreendida como um princípio de ação. A

"tomada" da região Norte e a proclamação de sua "Independência" são utilizados muitas vezes como um "slogan" do movimento. Os mesmos autores (RETAILLÉ; WALTHER, 2013) ressaltam que o conflito não deve, portanto, ser assimilado ao processo de conquista *stricto sensu* de um território, mas sim, ao controle de localidades e recursos estratégicos (entroncamentos, fontes de água, por exemplo) que permitem a mobilidade, a perpetuação de sobrevivência e autonomia dos tuaregues.

Já, para governo central do Mali, que tem o apoio de potências ocidentais e de países vizinhos, que também possuem interesses particulares em seu território (principalmente contratos de mineração no Norte do país), a luta é pela manutenção e conservação do poder nacional em um território com limites claramente definidos por fronteiras. A ação do poder estatal expressa, portanto, práticas espaciais heterônomas que se opõem à insurgência do movimento tuaregue.

### Cartograma 1 - O Território do Mali: O conflito ao norte do país



Elaboração: Cécile Marin, Le Monde Diplomatique; Adaptado por Silva, 2015

O mapa acima ilustra a distribuição espacial dos maiores grupos étnicos e das principais atividades econômicas no território do Mali. Pode, também, ser visualizada a demarcação da área dominada pelos insurgentes tuaregues, os espaços de atuação (ataques) dos movimentos jihadistas e a presença de forças da França e da United Nations Multidimensional Integrated Mission in Mali (Minusma)<sup>1</sup>

Desde 2013, a intervenção francesa focou os pontos estratégicos no Norte do país (cidades, entroncamentos rodoviários) enquanto a Minusma opera de forma espacialmente difusa. As operações militares contiveram o avanço dos rebeldes tuaregues e rechaçaram os grupos radicais islamitas para seus redutos saarianos donde os mesmos lançam expedições localizadas, que caracterizam os chamados “conflitos não convencionais” (HEYDTE,1990).

Em Maio e Junho de 2015, acordos foram finalmente assinados em Bamaco entre o governo de Mali e os principais grupos tuaregues representados pela Coalização dos Movimentos do Azawad (CMA). Os acordos prevêem a criação de assembleias regionais dotadas de amplos poderes e eleitas no sufrágio universal. No entanto, os mesmos não fazem referência ao federalismo ou mesmo a autonomia. O governo central também aceitou pôr fim aos procedimentos contra os principais quadros do CMA.

As pressões internacionais, a posição mais flexível do governo do Mali, a dinâmica de um conflito sem vencedores e o esgotamento dos recursos para combate, estimularam provavelmente os representantes de cada parte a assinarem os acordos. Porém, os mesmos foram recebidos com muita cautela por parte das populações do Sul, ainda reticentes diante de concessões feitas a grupos acusados de atentar contra à soberania nacional, e parte do povo tuaregue, que considera os avanços muito tímidos. Por isso, a maior dificuldade vai consistir agora em superar o imobilismo dos diversos atores políticos na aplicação desses acordos de paz, assim como, prever o tempo de frágil "estabilidade" que os mesmos conseguiram manter no Mali.

## CONCLUSÃO

A partir desta prévia análise, consideramos que entender este conflito, caracterizado pela ação de diversos atores, com inúmeras e flexíveis alianças, estratégias, táticas e espaços

---

<sup>1</sup> Criada pela Resolução 2100 do Conselho de Segurança, em 25 de abril de 2013, para apoiar processos políticos no Mali e realizar uma série de tarefas relacionadas à segurança nacional.

de engajamento, que possuem uma espacialidade e temporalidade bastante dinâmica, constitui-se um grande desafio para a análise geopolítica.

Utilizando uma abordagem da geopolítica crítica, que amplia o estudo para além do Estado, acreditamos ser por meio da análise das práticas espaciais desenvolvidas no conflito, que conseguiremos entendê-lo de forma satisfatória. Afinal, será necessário considerar não apenas os interesses, estratégias e práticas espaciais desempenhadas pelo Estado, mas também, por todos os atores envolvidos. Sendo este o caminho que tornará possível desvendar e analisar a história de resistência e insurgência, assim como, as relações espaciais que “tecem” e são “tecidas” neste conflito.

### **Referências Bibliográficas**

- AGNEW, J. *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. London: Routledge, 2nd edn, 2003.
- AGNEW, J. *Sovereignty Regimes: Territoriality and State Authority in Contemporary World Politics*. *Annals of the Association of American Geographers* 95 (2), 437–61, 2005.
- BAYART, Jean-François. *El Estado en África*. Barcelona: Bellaterra, 2000.
- BECKER, Bertha, K. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro, 50, nº especial. 99-125, 1988.
- BENJAMINSEN, Tor. Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg Rebellion in northern Mali. *Journal of Peace Research*.v.45, n.6, 2008.
- BELUCE, Bellucci. O Estado na África. *Revista tempo do mundo*. v.2, n.3,2010.
- BOILLEY, Pierre. Azawad, Mali? Quais raízes e quais evoluções? *Projeto História*, São Paulo, n. 44, pp. 259-271, 2012.
- CAIRO, H. Repensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew. In: Agnew, J. *Geopolítica: una revisión de la política mundial*. Madri: Trama, 2005.
- CAMPBELL, D. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2nd ed, 1998.
- CLAUDOT-HAWAD, H. La ” question touar`egue ” : quels enjeux ?. GALY Michel. *La guerre au Mali. Comprendre la crise au Sahel et au Sahara : enjeux et zones d’ombre*, LA DECOUVERTE, Paris, pp.125-147, 2013.



- COSTA E SILVA, Alberto da. A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- COULIBALY, H; LIMA, S. « Crise de l'État et territoires de la crise au Mali », EchoGéo [En ligne], publicado em: 27 maio 2013, consultado em: 07 de agosto de 2015. URL: <http://echogeo.revues.org/13374>; DOI : 10.4000/echogeo.13374
- DALBY, S. Creating the Second Cold War: The Discourse of Politics. New York: Guilford, 1990.
- DODDS, K; KUUS, M; SHARP, J., (Eds.). The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics. Series: Ashgate research companion. Ashgate: Farnham, 2013. ISBN 9781409423805.
- DUARTE, G. O conflito no Mali: origens e dimensão internacional. pucminasconjuntura, Wordpress, 2013. Disponível em <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/03/01/o-conflito-no-mali-origens-e-dimensao-internacional/>>
- GALITO, M. Terrorismo na região do Sahel. Working Paper/ Documento de trabalho, WP 118, 2013.
- HEYDTE, Friedrich A. von der. A Guerra Irregular moderna: em políticas de defesa e como fenômeno militar. Tradução Jayme Taddei. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- KEITA, K. Conflict and conflict resolution in the Sahel: the tuareg insurgency in Mali. Strategic Studies Institute. 1998.
- KI-ZERBO, Joseph. História de África Negra, Mem Martins: Europa América. I Volume, 1999.
- KUUS, M; AGNEW, J. 'Theorizing the state geographically: Sovereignty, subjectivity, territoriality'. In K. Cox, J. Robinson and M. Low (eds), The Handbook of Political Geography. London: Sage, pp. 117–32, 2008.
- LARNER, W; WALTERS, W (eds). Global Governmentality: Governing International Spaces. London: Routledge, 2004.
- LIMA, I. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. Universidade Federal Fluminense Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2 , p. 149-168, 2013.
- MATUMONA, M. Teologia Africana da Reconstrução como Novo Paradigma Epistemológico, Contributo Lusófono num Mundo em Mutação, Roma Editora, Lisboa, 2008.
- NEWMAN, D. 'The lines that continue to separate us: Borders in our "borderless" world'. Progress in Human Geography 30. pp.143–61, 2006.

- Ó TUATHAIL, G. Ananti-geopoliticaeye: Maggie O'Kane in Bosnia 1992-1993. *Gender, Place and Culture*, 3(2), pp. 171-85, 1996a.
- Ó TUATHAIL, G., and Agnew, J. Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. *Political Geography* 11 (2), 190–204, 1992.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (eds). *The Geopolitics Reader*. Oxford: Routledge (2nd edn), 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RETAILLÉ, D; WALTHER, O. L'actualité sahélo-saharienne au Mali : une invitation à penser l'espace mobile Conceptualizing the mobility of space through the Malian conflict. *Ann. Géol.*, n° 694, pp. 595-618, 2013.
- SHARP, J. 'Subaltern geopolitics: An introduction'. *Geoforum* 42. pp. 263–404, 2011.
- SOUZA, M. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2010). *The Globalization of Crime – A Transnational Organized Crime Threat Assessment*. United Nations Publications. URL: <http://www.unodc.org/>

\*\*\*

**Vivian Santos da Silva:** Graduada em Geografia (Licenciatura Plena) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente doutoranda em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo orientada pelo Prof. Dr Frédéric Monié, na pesquisa sobre os "Conflitos territoriais na África Subsaariana" - O conflito ao Norte do Mali.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** junho de 2017  
**Artigo aprovado para publicação em:** julho de 2017

\*\*\*

**Como citar:**

SILVA, Vivian Santos da. O conflito Tuaregue ao norte do Mali a geopolítica da resistência no Sahel africano. **Revista Transversos**. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, nº. 10, pp.85-101, Ano 04. ago. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.29178

